Volume 24 Issue 36
Originally issued as E4

Global Journal of HUMAN-SOCIAL SCIENCE: E
Economics
Volume 24 Issue 4 Version 1.0 Year 2024
Type: Double Blind Peer Reviewed International Research Journal
Publisher: Global Journals
Online ISSN: 2249-460X & Print ISSN: 0975-587X

Pedreira Popular Park in Ijuí/RS - The Tip of the Iceberg

By José Dalmo Silva de Souza, Sérgio Luís Allebrandt & Dieter Rugard Siedenberg

Abstract- The text addresses the controversies about conceptions of development processes and locates the polarizations around the concepts of economic development and economic growth, as well as *social* development and *economic development* and their most common qualifiers. As an illustration of the theoretical discussion and link with the empirical reality is used the figure of the urban park Parque Popular da Pedreira located in the municipality of Ijuí, in the northwest region of the State of Rio Grande do Sul. From the argument emerges the mental figure of an iceberg invoked virtually as reality. Figuratively, although the Park can be characterized by its most visible end, in this case, the social aspect nevertheless this can not do without the non-visible and submerged part. The economic aspect constitutes the true basis of the support of the whole set.

Keywords: economic development, well-being, social development, economic growth, pedreira popular park.

GJHSS-E Classification: LCC: HT391



Strictly as per the compliance and regulations of:

© 2024. José Dalmo Silva de Souza, Sérgio Luís Allebrandt & Dieter Rugard Siedenberg. This research/review article is distributed under the terms of the Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0). You must give appropriate credit to authors and reference this article if parts of the article are reproduced in any manner. Applicable licensing terms are at https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/.

Pedreira Popular Park in Ijuí/RS - The Tip of the Iceberg

Parque Popular da Pedreira em Ijuí/RS – A Ponta do Iceberg

José Dalmo Silva de Souza [α], Sérgio Luís Allebrandt [σ] & Dieter Rugard Siedenberg [ρ]

Abstract- A argumento principia pela questão do papel e função do indivíduo na sociedade. O texto aborda as controvérsias sobre concepções de processos de desenvolvimento e localiza as polarizações em torno dos conceitos de desenvolvimento e crescimento *econômicos* bem como de *desenvolvimento social* e *desenvolvimento econômico* e seus qualificativos mais comuns. Como ilustração da discussão teórica e vinculação com a realidade empírica é utilizada a figura do parque urbano Parque Popular da Pedreira situado no município de Ijuí, na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Emerge do argumento a figura mental de um iceberg invocado virtualmente como a realidade. Figurativamente, embora o Parque possa ser caracterizado por sua extremidade mais visível, no caso, o aspecto social, todavia isso não pode prescindir da parte não visível e submersa. O aspecto econômico constitui a verdadeira base da sustentação de todo o conjunto.

Palavras Chaves: desenvolvimento econômico, bem-estar; desenvolvimento social, crescimento econômico, parque popular pedreira, mercado, liberalismo, intervencionismo.

Abstract- The text addresses the controversies about conceptions of development processes and locates the polarizations around the concepts of economic development and economic growth, as well as *social* development and *economic development* and their most common qualifiers. As an illustration of the theoretical discussion and link with the empirical reality is used the figure of the urban park Parque Popular da Pedreira located in the municipality of Ijuí, in the northwest region of the State of Rio Grande do Sul. From the argument emerges the mental figure of an iceberg invoked virtually as reality. Figuratively, although the Park can be characterized by its most visible end, in this case, the social aspect nevertheless this can not do without the non-visible and submerged part. The economic aspect constitutes the true basis of the support of the whole set.

Keywords: economic development, well-being, social development, economic growth, pedreira popular park.

I. Apresentação

A busca para impor ordem ao caos na luta contra as incertezas da vida através do Conhecimento exigiu a formação de conceitos. Em Ciência, os conceitos podem assumir outros significados ou simplesmente se tornarem esvaziados de sentido. A Ciência Econômica trata da melhora das condições de existência da vida humana que se concretiza na satisfação de suas necessidades através do consumo de produtos. Pessoas produzem bens e serviços a partir dos fatores de produção e usam estes produtos para a satisfação de suas necessidades. O produto é tanto o resultado dos esforços do ser humano em melhorar sua condição de existência quanto, ao mesmo tempo, exatamente o fator que o levará a esse patamar superior de bem estar. Desenvolvimento é melhora das condições materiais de vida do ser humano. Assim, na Economia, o elemento essencial de análise é o Homem. Este trabalho objetiva expor a compreensão inicial da raiz econômica do processo como algo natural e inerentemente ligado ao humano e, por extensão, ao social e não constitui uma tentativa de sistematizar ou expor a historiografia dos conceitos relativos ao desenvolvimento econômico. A ilustração da questão em pauta será feita pelo Parque Popular da Pedreira em Ijuí/RS. Sobre este objeto serão tecidas as considerações no sentido de cristalizar a argumentação: desenvolvimento é desenvolvimento econômico e o processo contempla as exigências contidas no termo desenvolvimento social.

Ijuí, município do Rio Grande do Sul, com população estimada (IBGE, 2022) de 84.780 habitantes em 2022, está localizado na região noroeste do estado, distando 395 km da capital, Porto Alegre. A população urbana alcança 97% da população total. Sua economia baseia-se na agropecuária, nos serviços e comércio e na indústria. Em 2013 apresentou IDH de 0,832 (alto desenvolvimento). A sede municipal não possui nenhum parque público. Os espaços de lazer disponíveis à população restringem-se à Praça da República (praça central), praças urbanizadas e escolas que permanecem abertas nos finais de semana, especialmente o Campus da Universidade UNIJUÍ. Os moradores que não tem acesso aos clubes privados estão desassistidos de estruturas de lazer público. Esse problema se agrava nos finais de semana quando a população, principalmente da periferia, fica praticamente sem opções de lazer e sem espaços para desenvolver atividades culturais, esportivas e comunitárias. O Parque Popular da Pedreira é um projeto com recursos do Governo Federal (PAC2) e contrapartida do município e está alicerçado em quatro eixos: habitação, equipamentos públicos, urbanização e recuperação ambiental. Possui custo estimado em R$15 000 000,00 (Quinze milhões de reais), com

Author α: e-mail: jdalmosouza@yahoo.com.br

© 2024 Global Journals

investimentos em habitação que somam R$5 000 000,00 (Cinco milhões de reais) em 80 apartamentos e 74 casas e beneficiam 179 famílias dos bairros Thomé de Souza e Pindorama. Em equipamentos públicos os investimentos totalizam R$3 000 000,00 (Três milhões de reais) no conjunto Praça do PAC e Parque da Pedreira (área verde). Em infraestrutura estão orçados R$5 200 000,00 (Cinco milhões e duzentos mil reais) e no setor ambiental, R$1 000 000,00 (Um milhão de reais). No que se refere a sustentabilidade do projeto, serão beneficiadas 179 famílias, com Habitações de Interesse Social – HIS – em um total de 18 000 habitantes dos bairros e entorno e 70 000 habitantes da zona urbana do município. Outro ponto a se considerar é a extrema valorização imobiliária da área regional pelo aumento de preços dos imóveis bem como a elevação da arrecadação tributária (PERSICH, 2016).

Epistemologicamente o trabalho é conduzido pela visão subjacente à evolução do conceito abordado como objeto. Assim, a ciência econômica é tratada como uma ciência abstrata (teórica) de cunho (método) apriorístico e aplicada na descrição e explicação da realidade (MILL, 1974), no entanto, comportando, ao mesmo tempo, um elemento normativo que permite a intervenção na realidade. Como método de investigação privilegiou-se a pesquisa bibliográfica tanto para os conceitos quanto para a análise da intervenção tratada como fato e não, sob juízo de valor. Por tratar-se de um tema complexo e pouco abordado na literatura utilizou-se como ilustração da aplicação da teoria um caso concreto retirado da experiência empírica, o Parque Popular da Pedreira em Ijuí, RS. Utilizando-se de conceitos econômicos tais como Auto interesse, Maximização, Desconto hiperbólico, Cálculo econômico, Necessidades, Satisfação bem como da ideia de Esferas Autopoiéticas e elementos da Teoria dos Sistemas o trabalho constrói uma argumentação no sentido de demonstrar que Desenvolvimento é antes de tudo, Desenvolvimento Econômico. Para isso utiliza-se das ideias da reconhecida escola Cepalina, o Sistema Centro-Periferia (RODRÍGUEZ, 1981) e aplica-as ao caso concreto do Parque Popular da Pedreira em Ijuí, RS.

O texto está estruturado em quatro seções além desta APRESENTAÇÃO na qual os Objetivos, Elementos Metodológicos, caracterização do objeto empírico e a estrutura do trabalho são expostos. A INTRODUÇÃO situa a problemática tratada no texto; a seção DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, o principal segmento do trabalho, argumenta a tese da essencialidade do aspecto econômico mesmo em processos popularmente conhecidos como de desenvolvimento social. A ILUSTRAÇÃO traz a aplicação dos conceitos no sentido de descrever e explicar a realidade à luz da tese central. CONSIDERAÇÕES FINAIS retoma alguns argumentos, reforça a tese central e fecha o raciocínio proposto. Finalmente, REFERÊNCIAS explicita as fontes citadas no trabalho.

II. Introdução

Conforme Stephen Jay-Gold (1999) a luta pela incerteza inerente à vida encontra seu mais poderoso instrumento na capacidade do cérebro de impor sentido à confusão do mundo. A classificação é realizada através da separação de elementos em categorias baseadas em similaridades perceptíveis. Assim, a busca por impor ordem ao mundo e, como isso de alguma maneira ter capacidade para alterar a realidade exige a formulação de conceitos (THIRY-CHERQUES, 2012; MENDONÇA, 1994). Quando o tema é a melhoria das condições de vida das pessoas esse desafio é tão premente quanto necessário. Os conceitos se cruzam, se excluem, se aproximam e se distanciam e, às vezes, parecem dizer a mesma coisa. No entanto sempre permanece a forte impressão inicial de ruptura entre o econômico e o social. Esse distanciamento se acentua conforme se tenta lapidar os conceitos quer seja por adjetivações quanto à natureza (a preocupação com o desenvolvimento social levou ao conceito de desenvolvimento humano) quer quanto ao modo do desenvolvimento (local, regional, endógeno, sustentado). A tentativa de impor ordem a um mundo complicado tem trazido a complicação ao mundo conceitual. O uso do termo híbrido desenvolvimento socioeconômico é apenas uma acomodação formal e esvazia a discussão ao tentar contentar a todos abordando tudo que seja importante para quem quer que seja. O termo traz implícito o preconceito que desenvolvimento seja uma categoria superior ao crescimento e ao mesmo tempo sugere que tudo que os economistas julgam importante está contemplado assim como também aquelas coisas importantes demais para serem deixadas somente para eles.

III. Desenvolvimento Econômico

O ideal da Ciência é a melhora das condições de existência da vida humana. Para a Economia essa melhora da vida da Humanidade se traduz em melhorias de suas condições materiais (XENOFONTE, 2009; ARISTÓTELES, 2011) e concretiza-se na satisfação de suas necessidades através do consumo de produtos (SMITH, 1985). Para Marshall (1996) a Economia é o estudo da riqueza do Homem mas, mais importante, é uma parte do estudo do Homem pois é um estudo da Humanidade nas atividades correntes da vida, que examina a ação individual e social em seus aspectos mais estreitamente ligados à obtenção e ao uso dos elementos materiais do bem-estar. A partir disso temos a noção de que Desenvolvimento Econômico seja, em última instância, a satisfação das necessidades econômicas da sociedade através do consumo de bens e serviços.

© 2024 Global Journals

a) O Indivíduo e a Sociedade

A Ciência Econômica, prosseguindo a linhagem dos Filósofos Morais, sustenta que o Homem age sempre na defesa de seu auto interesse, ou seja, alcançar uma melhor situação (MISES, 2010). Para isso, toma decisões considerando custos e benefícios. Trata-se de um cálculo econômico (SOUZA, 2023). Esse é o motor da ação humana e todos os homens guiam-se por ele. Portanto, é com relação a ele que todas as coisas são valoradas, sejam objetos concretos, sejam sentimentos, emoções e pensamentos. Conforme Hume (2009) é um atributo da natureza do Homem sua inclinação a preferir o que está perto no espaço e/ou no tempo e preterir o que está distante. Isso significa que o ser humano é portador de uma dada cegueira que o faz enxergar mais nitidamente o que está perto e, portanto, inferir seu valor com mais acurácia e preterir o que está mais distante por não se sentir tão sensível nem ao objeto em si e nem às suas variações de valor. O desconto hiperbólico (GIANNETTI, 2012, 104) é um componente de erro incorporado no cálculo econômico. Hume (2009) também adverte da relação entre emoção e razão onde a primeira registra o impacto que o Homem sente diante das coisas e a segunda, ordena seu curso de ação diante das circunstâncias. Essa característica da percepção humana em sua faceta mais prejudicial é a causa alegada da necessidade da Ciência e sua desejada objetividade. A Ciência em sua busca por descrever e explicar a realidade (GRANGER, 1994, 46) é contraintuitiva justamente para corrigir a visão do Homem.

Assim, a Economia lida com os elementos materiais da vida humana tanto do indivíduo quanto da sociedade. Hodiernamente a definição de Ciência Econômica tornou-se mais técnica e, portanto, mais árida aos não economistas (SOUZA; DAL RI, 2012). A atenção no aspecto técnico tornou os demais, distantes e, em consequência, reduziu-lhes a importância. Embora essa distância tenha se alongado até ao ponto em que o aspecto contido *no estudo do Homem* tenha se perdido de vista, todavia, ele permanece como base e pedra angular do raciocínio econômico. Trata-se essencialmente do bem-estar humano, ou em termos mais contemporâneos, qualidade de vida. A Ciência constata que a base da vida é o organismo material e, especialmente para o organismo humano, seu bem-estar subjetivo estudado por psicólogos e economistas compreende três partes distinguíveis e não separáveis quais sejam a satisfação (usada para captar o modo como as pessoas julgam suas vidas e medida em relação às suas aspirações); os sentimentos positivos como alegria e. a ausência de sentimentos negativos como a raiva. A satisfação, o primeiro item, é justamente a satisfação de necessidades materiais econômicas. "[A] retórica arrebatadora sobre o vazio da riqueza material não se sustenta" (PORTER, 2011, 63-5).

Necessidade é comumente interpretada como carência. Embora não seja equivocada, essa concepção esconde a parte essencial do conceito. Essa falta precisa ser preenchida por alguma coisa. Quando se utiliza o termo necessidade deve-se ter em mente que significa uma percepção de estado de bem estar superior àquele experimentado atualmente pelo agente. A interface obrigatória da carência é aquilo que a preenche. O ser humano possui necessidades individuais e sociais. Do rol de necessidades do ser humano a Economia aborda somente o grupo de necessidades materiais econômicas, aquelas que podem ser satisfeitas por produtos. Isso significa que tanto as necessidades não materiais (espirituais) quanto as necessidades materiais não-econômicas (que prescindem de produtos) estão excluídas e não fazem parte o objeto de estudo da Economia enquanto ciência. As necessidades econômicas são infinitas pois não somente são incontáveis (ilimitadas) como também jamais são de modo definitivo plenamente saciadas. Ao lutar para satisfazer necessidades com o uso de recursos que apresentam distintos usos alternativos o homem deve escolher quais bens e serviços serão produzidos. Essa escolha nada mais é do que decidir quais necessidades serão satisfeitas. É exigida uma decisão sobre a alocação dos recursos e, consequentemente, sobre a produção. Fazer escolhas, eis o cerne da questão econômica e sua relação com o bem-estar. As escolhas são feitas sob a égide não somente das restrições circunstanciais impostas, mas de sua condição natural, a escassez. A Economia fornece subsídios para melhor administração de uma das principais bases da vida humana: sua existência material e respectivo grau de bem-estar.

Dado que as necessidades econômicas são infinitas não há como, a partir de recursos finitos e escassos, ou seja, por definição em quantidade menor que a suficiente, satisfazer todas as necessidades da sociedade. Esse é o Problema Econômico Fundamental. Na produção de quais bens e serviços se deve alocar os fatores de produção? em outras palavras, quais necessidades devem ser satisfeitas? Todas os indivíduos e as sociedades enfrentam esse problema: como alocar os recursos da melhor maneira para a satisfação da sociedade (e Humanidade). Teoricamente consegue-se antever duas soluções possíveis. Por um lado, pode-se alocar os recursos disponíveis na fabricação de bens e serviços para satisfazer um rol de necessidades de todas as pessoas. Mas como os recursos são finitos e escassos, terminados esses, as demais necessidades ficam sem satisfação. Ou seja, alguns tipos de necessidades não terão produtos para serem saciadas. Uma outra solução é, ao invés de escolher as necessidades a

© 2024 Global Journals

serem satisfeitas, selecionar-se as pessoas que terão suas necessidades satisfeitas, sejam elas essas quais forem. É preciso, então, compatibilizar a busca pelo auto interesse com o interesse social. Esse é o dilema fundamental social.

O homem produz o seu contexto e ao mesmo tempo configura-se como um produto de seu meio. O homem é um ser social, sua natureza o impele a viver em companhia de seus semelhantes e constituir comunidades. Nestas circunstâncias, a existência de uma ordem social somente torna-se possível, se houver estabilidade das relações. Neste sentido, surge uma nova questão: ações individuais que visem ao próprio bem-estar podem ou não se coadunar com o bem-estar dos outros e, por extensão, do grupo. Há que se criar, portanto, nas sociedades, instrumentos tanto para se manter a continuidade de relações específicas quanto a própria especificação de certas relações. Quando um mínimo de organização é alcançado em uma comunidade se estabelece a especialização mediante a divisão do trabalho. A divisão na execução do trabalho produtivo é uma escolha política e, portanto, a resultante de um complexo sistema de forças. Da mesma forma, está ligada também à distribuição e apropriação dos frutos do trabalho. O homem é um ser político.

Para além de viver em sociedade e promover a divisão do trabalho ou especialização, o ser humano apresenta a propensão à prática da troca. Para a Economia, o intercâmbio é o ponto central da vida econômica devido à sua importância fundamental na elevação do bem-estar ao otimizar a satisfação das necessidades por meio da contribuição para uma maior disponibilidade de produtos. Todos os envolvidos ganham com uma troca voluntária, pois o intercâmbio eleva diretamente o bem-estar de ambas as partes envolvidas pelo Efeito Abastecedor (SOUZA, 1997). As trocas ou transações definem as diversas estruturas de mercados em uma Economia de mercado, ou seja, o momento em que as ações individuais se imbricam na teia de relações coletivas. Um problema econômico não ocorre sozinho, no vácuo e sem influência quanto às demais esferas da vida (FURTADO, 1973). O econômico, mesmo quando reduzido ao conceito de mercado não ocorre no vazio. É tanto na interação quanto da própria interação de diferentes esferas que emerge o resultado e a qualidade do sistema. Esse é o escopo do arcabouço institucional, as regras do jogo (NORTH, 2001).

O esforço do Homem em enriquecer seu universo conduz ao desenvolvimento, processo em que a acumulação produz a criação de valores. No desenvolvimento o Homem realiza dois processos de criatividade: instrumentos para a ampliação da capacidade de ação (técnica) e significação de sua atividade através de valores com que o Homem enriquece seu patrimônio existencial (FURTADO, 1998). A técnica pode gerar valor no sentido de construir riqueza (afluência) mas, por si só, é incapaz de formar diretamente os valores que estruturam a sociedade. É nesse ponto que se começa a traçar ainda sem muita nitidez a distinção entre o econômico (formação de riqueza) e o social (elevação de bem-estar pelo enriquecimento de seu patrimônio existencial). As trocas ou transações definem as diversas estruturas de mercados em uma economia, ou seja, o momento em que as ações individuais se imbricam na teia de relações coletivas. Keynes (CARVALHO, 1999, 266), no entanto, argumentou que ações no sentido de maximização do bem-estar racionais em âmbito individual podem conduzir a resultados sociais indesejáveis. É sobretudo a partir desta pressuposição da existência de ações econômicas e seus resultados sociais indesejáveis que se constrói a avaliação crítica keynesiana da relação entre dinâmica econômica e bem-estar da sociedade (SAMUELSON, 1993; KEYNES, 1985). A mente é conduzida a conceber que, depois de um limite, os conceitos se referem a processos que não somente podem ser distinguidos, mas acima de tudo, separados.

No entanto, trata-se de uma falsificação da realidade. Há, na ação colaborativa, a sanção da sociedade e a interface entre o auto interesse individual e o bem-estar coletivo. Portanto, se há somente um motivo que determina todas as ações de todos os homens, a saber, eliminar, direta ou indiretamente, na medida do possível, qualquer desconforto que se sinta (MISES, 2017, 96) este motivo é uma paixão (HUME,2009). Movido por suas emoções o Homem empreende seus cálculos. E seu cálculo é otimizador pois almeja eliminar sua necessidade da melhor maneira possível. A razão o guia, todavia, obedecendo suas paixões. O cálculo é afetado em especial pelas paixões violentas que induzem ao desconto hiperbólico. Segundo Mises (2017) embora cada indivíduo tenha metas diferentes todas as ações humanas possuem invariavelmente um único motivo que é instalar um estado de coisas que sirva melhor ao agente do que aquele que prevaleceria na ausência da ação. O comportamento econômico é do indivíduo, mas ele o leva para sua vida social. Em sociedade, eleitas as necessidades a serem satisfeitas, podem-se eleger os bens e serviços a serem produzidos e a forma como serão obtidos. Isso não necessariamente vai se coadunar com a busca individual pelo melhor para si por parte de cada indivíduo. Assim como o melhor para o indivíduo – segundo seu próprio juízo – não seja o melhor para a sociedade segundo o ponto de vista do coletivo, assim também o que a sociedade idealize como o melhor para o indivíduo pode não se coadunar com seu auto interesse.

Smith (1985) admitia o interesse social como resultado da ação individual. No entanto nem sempre ações individuais racionais maximizadoras de bem-

© 2024 Global Journals

estar conduzem ao bem comum (Keynes, 1985). Para Tocqueville (1987) a busca pela satisfação do auto interesse reforça-se na busca pelo interesse comum. O auto interesse que preexiste potencialmente pode ser atualizado pelo interesse da sociedade. No interesse bem compreendido o bem estar coletivo é pré-condição para o bem-estar individual. A ação do indivíduo em defender os interesses coletivos é a ação que otimiza a defesa de seu auto interesse. A sociedade precisa sancionar a busca individual pelo interesse e faz isso balizada pelo que é melhor para o coletivo de modo a formar um contraste entre o que o indivíduo quer fazer e o que a ele está permitido fazer. Da busca pelo melhor para o indivíduo e da busca do melhor para a sociedade constrói-se o bem estar da sociedade preservando-se o auto interesse individual.

Na história, o expediente natural para a seleção de necessidades a serem satisfeitas, ou seja, os produtos a serem ofertados ou ainda, o destino final da alocação dos recursos produtivos foi a resolução pelo mecanismo de mercado. Os demandantes apresentam a necessidade e se dispõem a pagar para ter satisfação. Então, os ofertantes produzem o bem desejado e vendem. Mas eles mesmos gastam dinheiro para a obtenção dos recursos e durante o processo de produção e transporte, proteção etc. Assim, através do mercado, escolhe-se as necessidades que serão satisfeitas das pessoas que tiverem dinheiro para adquirir os bens e serviços produzidos. E, às pessoas é possível mostrar a oferta de habilidades e força para cumprir o papel de recursos necessários ao processo de produção. O mercado substituiu a ação discricionária de reis e outros prepotentes do passado que se faziam proprietários de recursos e pessoas e assim, escolhiam as pessoas a terem suas necessidades satisfeitas (Clero, Exército e Nobreza) enquanto o povo possuía necessidades não satisfeitas.

O mercado é tanto um instrumento individual quanto social para a promoção do bem-estar. No mercado competitivo há eficiência econômica, ou seja, eficiência distributiva, eficiência produtiva e eficiência do mix de produtos. O Primeiro Teorema da Economia do Bem-Estar diz que em um mercado competitivo, qualquer equilíbrio competitivo é Pareto eficiente. Em outras palavras: a Eficiência Econômica ocorre quando a economia está produzindo a combinação de bens que maximiza a utilidade total da sociedade, dados os recursos e a tecnologia disponíveis. Isso implica que os recursos são alocados de forma que não é possível aumentar a produção de um bem sem reduzir a produção de outro de maneira que reduza o bem-estar total. A eficiência do mix de produtos garante que os recursos são alocados de forma que os bens produzidos refletem as preferências dos consumidores. Qualquer desvio desta alocação significa que há um potencial para realocar recursos de forma a aumentar o bem-estar geral. Mas, o mercado, ao mesmo tempo, otimiza o bem-estar (função utilidade) dos agentes econômicos, o demandante e o ofertante (SOUZA, 2024).

Dado um mercado competitivo, a curva de demanda individual representa o comportamento racional de um consumidor individual, ou seja, a maximização de sua satisfação, enquanto a curva de demanda do mercado representa o comportamento dos preços dos produtos em relação às quantidades demandadas pelos consumidores do produto no mercado. Nesta está contida a eficiência distributiva. A curva de oferta de uma firma individual é derivada do princípio de maximização de lucros, a racionalidade do agente produtor. A curva da oferta de mercado mostra o comportamento das quantidades ofertadas em relação aos preços. Nesta, está contida a eficiência distributiva. No equilíbrio econômico estão sintetizadas ambas as eficiências das forças de mercado na eficiência do mix de produtos. Por isso o mecanismo de mercado competitivo é Eficiente (Pareto Ótimo). O modelo concorrencial permite uma alocação eficiente, situação em que ninguém consegue aumentar seu bem-estar sem que seja reduzido o bem-estar de outra pessoa Tal condição é denominada Pareto-eficiente. A Teoria do equilíbrio Geral pressupõe válidos os dois teoremas da Economia do Bem-estar.

Do ponto de vista intervencionista, no entanto, há uma questão a ser encarada: a justiça social. E isso é, segundo essa perspectiva, corroborado pelo Segundo Teorema da Economia do Bem-Estar: Dado um ponto de partida apropriado com redistribuições de recursos (renda ou riqueza) qualquer alocação eficiente de recursos pode ser alcançada através de um equilíbrio competitivo. Este teorema afirma que, sob certas condições, qualquer alocação eficiente de recursos pode ser alcançada através de um equilíbrio competitivo. Intervencionistas advogam que esse Teorema indica que a questão da eficiência econômica é independente da questão da justiça e igualdade sociais e daí derivam uma pretensa necessidade de uma justa distribuição de riqueza e, pelo mecanismo de mercado, alcançar eficiência econômica com justiça social. Do ponto de vista do pensamento econômico intervencionista (*Welfare State* ou Estado do Bem-Estar Social) a justiça social envolve critérios como a igualdade e a equidade social.

Nesse sentido, a Eficiência Econômica, como um mecanismo automático originado no funcionamento do mecanismo de mercado é neutro pois parte de uma dotação inicial de propriedade de insumos e dá origem a uma distribuição de bens e serviços formando o nível de bem-estar da sociedade. Nesse sentido é necessário um instrumento além mercado – no caso, o Estado – para promover a igualdade e a justiça social. Isso porque nesse pensamento a noção de justiça social vai além da eficiência econômica. Sociedades podem valorizar a coesão social, a redução da pobreza

© 2024 Global Journals

extrema e a igualdade de oportunidades (ideia de que todos os indivíduos em uma sociedade devem ter as mesmas oportunidades de acesso a recursos, como educação, saúde, emprego e justiça) mesmo que isso signifique sacrificar um pouco de eficiência econômica.

No entanto, no pensamento liberal, a distribuição inicial de dotação de propriedade de recursos de um sistema econômico contempla a exigência de justiça social pois é resultado da ação independente e autônoma do agente na busca de seu auto interesse. Dito de outra forma: o indivíduo, com seus recursos, busca otimizar o próprio bem-estar (meritocracia ou sistema meritório). Os indivíduos são recompensados com base no seu mérito, habilidades, desempenho e realizações, em vez de outros fatores como riqueza, status social, ou conexões pessoais. Por essa razão, em uma economia meritocrática, o sucesso e a progressão de uma pessoa são determinados pelo seu esforço, talento e contribuição para a sociedade ou para a organização em que trabalha. Dessa forma, indivíduos que demonstram maior habilidade, competência e produtividade são recompensados com salários mais altos, promoções e outras formas de reconhecimento. Em um sistema meritocrático, a posição socioeconômica dos indivíduos pode mudar com base em seu desempenho e realizações. Pessoas de origens modestas têm a oportunidade de ascender socialmente com base no seu mérito. Assim, a meritocracia promove um senso de justiça, já que as recompensas são vistas como merecidas e baseadas em contribuições reais.

Desse ponto de ponto de vista a justiça não necessariamente implica igualdade de oportunidades, mas sim que os indivíduos enfrentam desafios com base em seus próprios recursos e talentos. A justiça econômica frequentemente é entendida como justiça distributiva, onde a distribuição dos recursos e recompensas é vista como justa se resulta da livre interação de indivíduos no mercado. Cada indivíduo deve enfrentar desafios e colher os frutos de seus talentos e esforços. A ideia é que o mercado recompensará aqueles que são mais produtivos e inovadores, independentemente das suas origens ou condições iniciais. Portanto, em uma perspectiva puramente meritocrática, as recompensas econômicas são vistas como justas quando baseadas no mérito individual, que inclui talento, esforço e desempenho e a Justiça, nesse contexto, é alcançada quando há um sistema que permite que o mérito seja reconhecido e recompensado de forma proporcional. Esse sistema é a Economia Competitiva de Mercado. A justiça se concretiza com o funcionamento e a eficiência do mercado. Tais escolas assumem que os indivíduos agem racionalmente e tomam decisões com base em suas preferências e restrições. A justiça é vista através do prisma da eficiência do mercado, onde a distribuição de recursos e recompensas é considerada justa se resultar de transações voluntárias e competitivas.

Na perspectiva da Economia Liberal, uma vez que as pessoas são distintas entre si em qualidades e capacidades e cada uma nasce com uma dotação específica e peculiar de propriedade de recursos, é justo que obtenham distintas apropriações de bens e serviços de acordo com seus próprios méritos. Ou seja, é justo, que a partir de dotações distintas de recursos, de acordo com o mérito pessoal se alcance distintas porções de bem-estar. Nesse sentido, o mecanismo neutro de mercado é, também, justo. Além do mais, o mercado competitivo promove a maior elevação possível de bem estar para a sociedade preservando a busca do auto interesse. Mais do que isso, é otimizando o próprio auto interesse que o indivíduo participa da formação do bem-estar social.

b) A Moral e a Ética

O que o agente em si pode fazer para buscar seu auto interesse – no sentido de capacidade, de conseguir de fazer – vai depender de sua individualidade, de recursos que pode movimentar (força física, recursos psíquicos, forças e materiais, enfim). E o que ele pode fazer – no sentido de ter permissão para fazer enquanto indivíduo - depende dele próprio (de sua moralidade, a noção interna do que é certo e errado, ou seja, seus limites internos no sentido de obediência aos seus ditames pessoais: estar disposto a fazer determinadas coisas e; estar disposto a não fazer determinadas coisas; não estar disposto a fazer determinadas coisas e não estar disposto a não fazer determinadas coisas). Mas depende também dos constrangimentos impostos (e estímulos propostos) pelo contexto social (limites externos). Esses constrangimentos (e impedimentos) bem como estímulos emanados do contexto social (mas criados pelos indivíduos) são as instituições. Em sua origem uma instituição é a ética quando a moral é levada do plano individual, interno ao sujeito para a coletividade. O limite interno dos indivíduos é mediado pela necessidade de convivência e suas exigências (sobrevivência, melhoria de bem estar...) e formatado em um código de coexistência (SOUZA, 2021).

Estipulado o que é melhor para a sociedade (Problema Econômico Fundamental) e sua resolução (o dilema fundamental da sociedade), o indivíduo buscará o melhor para si dentro das oportunidades que a cidade oferece. Se ele não puder compatibilizar o que acha melhor para si dentro do que seja permitido fazer e possível de fazer pela sua capacidade – e na presença de recursos e meios – ele sairá da sociedade (ele próprio desterritorializar-se-á do *locus* de tal produção) sob pena de, não o fazendo, tornar-se marginal ao sistema. Isso pode acontecer por incompatibilidade sobre o que julga melhor para si e o que a sociedade estipulou como melhor para o coletivo,

© 2024 Global Journals

sobre o que lhe seja permitido fazer (legalidade) e, mais comumente, sobre a capacidade do indivíduo: a pessoa não está apta, capacitada ou qualificada para atuar na sociedade da maneira como essa está estruturada.

Assim, os limites internos e externos determinam o que indivíduo faz. Daí o imperativo social de todos serem iguais perante a lei. Para o coletivo, a busca do melhor também vai se fazer no sentido de bem-estar material econômico da sociedade, mas passando pelo bem-estar individual na medida do que é permitido fazer. Esse melhor para a sociedade não necessariamente é o idealmente melhor (o melhor absoluto). Do ponto de vista funcional basta ser a convenção. Então a convenção de um resultado a ser buscado, o juízo de valor de que tal objetivo maximiza o bem estar e o arcabouço institucional tecem a trama na qual o indivíduo está imbricado com o contexto social. E o conjunto das ações nestes dois campos (o indivíduo na sua busca pelo melhor e a sociedade na sua busca pelo melhor) forma a transição em equilíbrio dinâmico entre esses dois conjuntos. Assim, o indivíduo vai mesmo buscar o que é melhor para si dentro do constrangimento do que a sociedade vai exigir (que ele faça determinadas coisas e não faça outras).

Essa abordagem da transição do indivíduo para o coletivo onde não exige que se trate de uma série de indivíduos médios – o coletivo não é um conjunto de seres médios - mas antes, pelo contrário, admite a reunião/ligação de indivíduos distintos entre si e em seus anseios, mas que pertencem a uma mesma classe ou grupo que os identifica como coletivo. Trata-se de um coletivo de individualidades distintas, mas com algo em comum que as torna em uma sociedade e o que querem/podem fazer pelas suas determinações internas (fraquezas e potencialidades) e os constrangimentos e estímulos colocados pela estrutura social em sua institucionalização (ameaças e oportunidades): suas racionalidades econômicas dentro de um mecanismo de mercado. Essa interação que se estabelece preserva as peculiaridades individuais, ou seja, não se dá pela média e não pressupõe indivíduos médios. É esse equilíbrio dinâmico que o Direito quer manter estável através da previsibilidade das ações individuais e da estabilidade das relações sociais. Pois se os indivíduos são diferentes, até com mais razão devem estar todos sob a mesma regra, a mesma institucionalização.

No entanto, sendo assim, o indivíduo vai procurar aproveitar-se da ordem assim estabelecida, ou seja, vai procurar burlar essa questão de buscar o melhor para si dentro do constrangimento do que lhe é permitido buscar. Isso porque uma tal conduta divergente constrói uma vantagem na busca individual do melhor para si. Isto é materializado em economia desde a existência de *free riders* (caronistas) até a existência de grupos de interesses corporativos, ou seja, coletivos (diplomatas, juristas, políticos...) que buscam legitimar-se como grupo social e consolidar direitos diferenciados, ou seja, obter uma vantagem para si dentro da institucionalização da sociedade. Em sua pior face, trata-se de classes (ou grupos dentro das classes) que procuram uma estratégia de usurpação. Não só usurpação do bem-público e/ou usurpação da possibilidade de construção do bem público, mas sobretudo, usurpação da esfera de direitos (acumulação de privilégios transformados em direitos), em especial, com relação à fuga da responsabilidade do dever (não poder ser inquirido; não precisar prestar contas; não poder ser julgado; não ser culpável; não poder ser condenado; se condenado, não cumprir a pena...). Enfim, estratégias oportunistas de amealhar direitos e escapar dos deveres.

Como corolário, emerge a conclusão de negativa da afirmação de que a Economia não possa, enquanto ciência, incorporar a ética e a moral. E em seu lugar, apresenta-se o fato que a Economia não só adota que a moral (noção individual de certo e errado) seja a defesa do auto interesse e que a ética seja o transbordamento dessa moral para a sociedade (código de coexistência), mas também que essa ética seja concretizada pelo mecanismo de mercado.

c) Desenvolvimento Econômico

As pessoas produzem bens e serviços a partir dos fatores de produção e elas usam estes produtos para a satisfação de suas necessidades. O produto é tanto o resultado dos esforços do ser humano em melhorar sua condição de existência quanto, ao mesmo tempo, exatamente o fator que o levará a esse patamar superior de bem estar. Pode-se refletir sobre o exposto segundo a proposição da dialética de que a qualidade do sistema em seu processo (síntese) depende de suas quantidades relativas (tese; antítese) sendo estas, no nosso caso, esferas autopoiéticas (ROMESÍN; GARCÍA, 1995; ROMESÍN, GARCÍA, 1997). Assim, se não é possível separar os elementos é necessário – não apesar disso, mas exatamente por isso mesmo – um esforço em distinguir os elementos para descrever e explicar a existência do todo.

Há aspectos imediatos de quais e quantos bens e serviços produzir bem como de que forma e quando produzir (composição e estrutura do Produto Agregado ou Problema Econômico Fundamental). Paralelamente há a percepção social, no entrelaçamento dos relacionamentos das pessoas, do resultado qualitativo positivo ou não advindo do processo na esfera econômica, ou seja, para quem produzir (dilema social fundamental). Trata-se do alegado desenvolvimento social, o impacto dos resultados do processo econômico na esfera autopoiética social (política, cultural etc). É como se a "economia" fosse a base, a infraestrutura necessária do "social". Pois afinal a interface da questão de quais

© 2024 Global Journals

bens e serviços produzir é simplesmente decidir quais necessidades satisfazer (SOUZA, 2021).

Produtos "*para quem*" e necessidades "*de quem*" incorporam pessoas de carne e osso à discussão tanto como agentes econômicos quanto como cidadãos. A separação, ao invés da distinção, entre as esferas e processos é que causa a confusão entre desenvolvimento, crescimento, econômico, social etc. Assim, a partir da proposição de esferas autopoiéticas distinguíveis, mas inseparáveis fica claro que os aspectos quantitativos do processo sejam passíveis de ser mensurados e sintetizados para fins de interpretação por indicadores quantitativos objetivos. E como a qualidade do sistema depende das quantidades relativas, os indicadores objetivos quantitativos podem ser usados para apoiar/subsidiar avaliações qualitativas. Por isso o Índice de Desenvolvimento Humano (IPEA-PNUD, 1996), geralmente tido como um indicador qualitativo e vinculado ao desenvolvimento social é, em realidade, um indicador objetivo quantitativo. Isso porque a partir de quantidades relativas e respectivos pesos e médias se pode aferir (e inferir sobre) a qualidade do sistema observado. Após exigir o crescimento econômico, o IDH utiliza-se de indicadores quantitativos objetivos e mede o impacto da base econômica (e investimentos) na qualidade das condições de vida ligados por uma cadeia causal, mas ainda assim, distintos.

O desenvolvimento é, assim, um conceito único e monolítico. Desenvolvimento é econômico e, em si, engloba todos os demais aspectos da vida pois o termo econômico refere-se exatamente às condições de existência e melhora das condições de vida dos indivíduos e da sociedade. O juízo de valor expresso na ideia de justiça social – equidade econômica –desloca a atenção da produção de bens e serviços para a efetiva satisfação das necessidades das pessoas na sociedade. A própria linguagem quando nos termos correntes na discussão conduz a uma separação entre o econômico e o social. No entanto, trata-se apenas de uma distinção de dimensões (como objeto de análise) e ênfases (como perspectivas na abordagem do objeto). Quando se enfatiza o impacto da satisfação ou não de necessidades pelos produtos, fala-se de melhor ou pior condição de vida; de elevação ou redução da situação da qualidade da existência humana; da melhora ou piora da saúde, da educação, da cultura etc e associam-se tais elementos a uma vida digna ou não do habitante e, por extensão, às condições de sua cidadania (CANO, 2012). O termo cidadania traz em si um apelo eminentemente qualitativo no imaginário tanto individual quanto social (CASTRO, 2014). Assim, infraestrutura econômica também é social e urbana e que o que se entende por infraestrutura social e urbana também pode ser considerado infraestrutura econômica (IPEA, 2010).

Da mesma forma, quando se enfatiza o impacto ou não na produção de bens e serviços e, por extensão, no emprego/desemprego dos recursos de produção os termos denotam uma ideia de quantificação mais objetiva, de exatidão não propriamente na mensuração, mas de possibilidade de tal medição efetivamente existir. Fala-se em taxas de emprego como percentual da População Economicamente Ativa; em elevação do consumo de produtos em termos de produção bruta ou percentuais; refere-se à construção física de fábricas. Mesmo quando se fala de pessoas – que vivem sua vida "social" – ainda que a referência seja o número de empregados como uma taxa de elevação de emprego, por exemplo, fica em segundo plano a ideia subjacente de que mais emprego, mais produção embora sejam aspectos quantitativos causem mudança na qualidade da vida econômica. Mas no fundo, é exatamente disso que se trata: mais trabalhadores podem consumir bens e serviços; mais empresários podem auferir lucros. Melhorar a vida das pessoas e promover o desenvolvimento em sua verdadeira acepção. Dito em outras palavras: a apropriação dos produtos exige como anterioridade lógica a própria produção destes bens e serviços. A apropriação da riqueza não é uma etapa independente de sua produção no sentido causal devido às interações sociais. No mercado, a produção existe porque as pessoas determinam quais produtos devem ser feitos. As relações sociais são regidas pela lógica econômica, os setores monetário e financeiros interligam a produção, a distribuição e a apropriação da riqueza.

No intervencionismo o Estado pode decidir pela oferta de um bem ou serviço por uma lógica distinta daquela vigente no mercado, ou seja, sem considerar as forças de demanda e oferta, mas tão somente seu poder discricionário. Evidente está que o Estado, enquanto *locus* de poder, vai determinar suas ações pautando-se por seus interesses, coincidindo ou não com os interesses da sociedade. No entanto, pretensamente, em uma democracia representativa, os interesses sociais serão considerados e influenciarão as ações do governo uma vez que esse busca seu próprio auto interesse, a perpetuação no poder através das urnas.

Assim, quer através do mercado, quer através da ação do setor público, a produção e oferta de bens e serviços (em economia de mercado e sob democracia) admite agregação de e transições entre as dimensões de equidade (justiça social) e sustentabilidade (dimensão econômica) bem como compreende que a qualidade do sistema econômico depende das quantidades produzidas, de como são produzidas, para quem são produzidas etc conjugando o meio ambiente, o setor cultural e o social com o elemento econômico. Isso explicita o fato de uma atividade econômica influenciar todo o contexto da vida

© 2024 Global Journals

social (MILL, 1974). É assim, neste *imbróglio* que se apresenta a realidade, tanto para os políticos e suas decisões públicas quanto para os empresários e suas escolhas de produção e também para a sociedade civil (e nesta, os trabalhadores) e suas aspirações de bem estar pessoal, individual e social.

IV. Ilustração – Parque Popula da Pedreira – Ijuí/RS

O noroeste do Rio Grande do Sul, região a qual pertence o munícipio de Ijuí, onde está localizado o Parque Popular da Pedreira caracteriza-se como pertencente ao conjunto das regiões periféricas, marginais e dependentes.

> Periféricas apesar de apresentarem concentrações populacionais e econômicas. A lógica circular de aglomeração, nestes casos, encontra-se em situação tal que não permite a acumulação e expansão autônomas do sistema. E, marginais, inobstante a existência de recursos de produção e/ou produto de expressão extra-regional, inclusive internacional. Essas duas condições – periferia e marginalidade – determinam um caráter geral de dependência ou interdependência assimétrica a estas regiões. (...). É pouco provável que o desenvolvimento seja um "caminho perdido" para tais regiões. É mais provável que seja um caminho a ser construído, desde que algumas condições sejam reunidas (SOUZA, 2006, 151-2).

Sob a égide do paradigma intervencionista, a resolução do Problema Econômico Fundamental é altamente influenciada pela lógica do Setor Público. Neste sentido, iniciativas de desenvolvimento, segundo a CEPAL (1990) são ações portadoras de potencial para romper uma ou mais características dos subsistemas periféricos. A imbricação das esferas política, jurídica, ambiental, econômica e social devem convergir na gestão cidadã de um território específico. Por fim, tudo retorna onde começou: o fator humano, entendido em uma ponta como o perpetrador do ato e na outra, como vítima do processo e, no meio, como fator de solução (DUTRA, 2004). Segundo Brum (2003) o desenvolvimento regional requer três eixos: criação e fortalecimento de empresas locais, P&D por empresas e universidades e instituições da sociedade civil e de organizações públicas para administração de cidades e regiões. Essa abordagem territorial do desenvolvimento está concorde com a constatação de SANTOS (1994) de que região significa reger, mas, hoje, há cada vez mais regiões que são apenas regiões do fazer e, cada vez menos, regiões do reger. Aquelas que são regiões do fazer são cada vez mais regiões do fazer para os outros.

Para um processo de desenvolvimento regional são necessários alguns de seus atributos, entre esses, a capacidade de autonomia regional quanto à diversidade de sua base econômica e sustentabilidade de longo prazo de seu crescimento; crescente movimento de inclusão social, com repartição da renda regional; conscientização em torno da proteção ambiental e do manejo dos recursos naturais; identificação da população com sua região e criação de uma imagem futura da sociedade e seu ambiente. Enfim, a preocupação com o que se poderia denominar de autonomia do sistema econômico (município/região); desenvolvimento social, econômico, humano e sustentabilidades diversas. Segundo DUTRA (2004) necessariamente, temos que, ao mesmo tempo, estudar o processo de regionalização dos espaços sociais, os desafios socioambientais, a dimensão social e ambiental, e a sustentabilidade do movimento contemporâneo. O autor, assim, corrobora a tese de esferas autopoiéticas, em que todas essas dimensões estão imbricadas e formando esferas que, embora com suas próprias dinâmicas, ainda estão ligadas umas com as outras formando uma totalidade. Como ficou implícito, uma iniciativa de desenvolvimento no sentido cepalino deveria enfrentar esses desafios de maneira única, embora com estratégias específicas (SUNKEL; Paz, 1988; RODRÍGUEZ, 1981).

No entanto, no campo retórico, o econômico é encoberto pela importância dos outros aspectos. Quando se enfatiza as dimensões social, da cidadania ou a questão ambiental os montantes investidos são mencionados somente como uma mensuração da própria apropriação dos resultados. Todavia, o aspecto da valorização imobiliária de toda a área, antes marginal e desvalorizada, aparece quase que como um subproduto de uma ação que atinge 70.000 pessoas de uma população de pouco mais de 84.000 habitantes (PERSICH, 2016). Pela seleção da ênfase na análise, ressalta-se o aspecto "não econômico" do empreendimento mesmo com investimento direto de cerca de R$15.000.000,00 e enorme potencial de dinamização econômica. O impacto do Parque nas condições de bem-estar da sociedade é o carro chefe das análises. "(...) a preocupação maior é preservar a área, dar melhores condições de moradia a pessoas carentes e criar um local que sirva também como ponto turístico e de lazer para toda a comunidade" (PERSICH, 2016, 96). A iniciativa política (Poder Público e Sociedade Civil) e o impacto no exercício da cidadania da população transparece como o coroamento de uma ação social. "O grande apoio com que conta este projeto reforça seu caráter cidadão e suprapartidário, e vai muito além da atual administração ou apenas de interesses de um setor específico da sociedade" (PERSICH, 2016, 84).

Outra peculiaridade interessante é que mesmo quando a satisfação de necessidades consideradas básicas é reconhecidamente vinculada ao consumo de bens e serviços, ou seja, produtos econômicos, o aspecto econômico termina como que diluído diante da questão social. "A população, sem acesso às condições existenciais básicas assinala um conjunto de desigualdades sociais, econômicas e ambientais."

© 2024 Global Journals

Todavia, quando os aspectos social e ambiental são mencionados em suas condições insatisfatórias e de carências (sob o signo da desigualdade social) são lembrados como resultados ou consequências da base econômica. "(...) falta de saneamento básico, problemas com lixo e degradação ambiental. Uma pedreira desativada há anos; uma usina de asfalto ao lado do rio, onde a própria prefeitura estava degradando o meio ambiente" (PERSICH, 2016, 89).

Inescapável é, no entanto, que quando se alude às perspectivas de melhorias, a atenção se volte para as devidas ações econômicas, ou seja, alocação de recursos econômicos, produção de bens e serviços, custos e investimentos requeridos. A própria mensuração do sucesso do empreendimento se dá, além dos aspectos ditos qualitativos, sobretudo, também por aspectos ditos quantitativos conforme pode-se observar em todo o projeto do Parque. No discurso, enfatiza-se as áreas social, ambiental e outras, ou seja, a apropriação dos resultados. Em outras palavras, o impacto na sociedade. No entanto, quando se fala do processo em si, as variáveis envolvidas e enfatizadas são sempre as de cunho estritamente econômico. Coexistem, assim, no imaginário, um aspecto amorfo que se poderia caracterizar como socioeconômico e que, dependendo da ênfase, metamorfoseia-se em social ou, por outro lado, em econômico. Em cada caso, os demais aspectos perdem-se no horizonte. Como salta à vista, sem o aspecto econômico – a alocação de recursos na produção de bens e serviços – não existiriam os impactos nas áreas social (cidadania, inclusive lazer, mas também combate à criminalidade e marginalidade), ambiental e cultural, ou seja, embora o Projeto do Parque Popular da Pedreira em Ijuí/RS constitua-se pela "beleza e importância social" e na "recuperação ambiental das áreas de preservação permanentes", a construção de um parque urbano é um produto econômico.

O reassentamento e urbanização de áreas de sub habitação; a construção de novas habitações, a implantação de infraestrutura, a qualificação urbana e os equipamentos comunitários; o saneamento do lago, a retirada de lixo e entulho são bens e serviços. E o orgulho da população quanto a possuir um Parque Urbano de referência no Rio Grande do Sul é também um efeito indireto da apropriação de um produto econômico. Trata-se da satisfação de necessidades econômicas, portanto, da elevação do nível de bem estar dos indivíduos e da sociedade. No caso do Parque Popular da Pedreira a decisão política foi tomada mediante consultas populares a diversos segmentos sociais, o que caracteriza o aspecto cidadão do projeto. Também se trata de uma iniciativa que visa uma elevação do bem estar da comunidade tanto em segmentos específicos quanto de todo o conjunto. Aborda questões de habitação, lazer, meio ambiente (PERSICH, 2016). Tanto quanto se pode perceber pelo senso comum o Parque Popular da Pedreira em Ijuí pode ser considerado como uma iniciativa de desenvolvimento social. Espera-se uma melhora das condições de vida das pessoas, inclusive, no aspecto altamente intangível do "orgulho regional" ou auto estima da sociedade em possuir um Parque Urbano de referência no Estado.

Mas o Parque comporta também um elemento de crescimento econômico pois eleva a disponibilidade de produtos, ou seja, a oferta de bens e serviços e a potencial capacidade de satisfazer necessidades econômicas materiais posto que os eixos Habitação, Equipamentos Públicos, Urbanização e Meio Ambiente que compõem o Projeto não podem ser manejados sem os investimentos previstos. Há uma inextrincável imbricação do aspecto de crescimento econômico com o significativo impacto esperado no bem estar social.

Assim, transcendendo a todos estes aspectos assinalados, ao tornar endógena a produção de bens e serviços e direcioná-la para a satisfação das necessidades da própria comunidade e com isso aumentar sua autodeterminação, o Projeto Parque Popular da Pedreira em Ijuí/RS deve ser considerado como uma iniciativa de desenvolvimento econômico, pois contribui para um processo de superação da condição de periferia, dependência e marginalidade.

V. Considerações Finais

A vida humana comporta diversas esferas cujas ações formam um sistema dinâmico. Mas esses sistemas admitem ligações entre si. Por exemplo: a esfera cultural da vida do cidadão em um município pode ser conceituada, definida e até mensurada. É possível, inclusive, comparar com a vida cultural de outra sociedade. As vidas social, cultural e política enquanto esferas autopoiéticas admitem inter-relações e influências. Todas essas esferas têm necessariamente ligação com a vida econômica pois a vida é, em sua base biológica, econômica. Busca de decisões otimizadoras para elevação de bem estar. A vida é econômica e o sentido dessa afirmação é que tanto as ações (produção, distribuição e apropriação da riqueza na forma de produtos e rendas, ou seja, produção, comércio e finanças) quanto os impactos no nível de bem estar individual e social são essencialmente econômicos. Assim como as pessoas em seus relacionamentos ou interações sociais assumem funções econômicas há também aqueles que atuam no desenvolvimento econômico e estão mergulhados nos resultados sociais do processo. Apreendem, sentem, percebem o resultado na qualidade de vida. Estas pessoas são as mesmas e compõem, todas elas, a sociedade. Apropriadamente a terminologia da Economia alude a funções que os indivíduos exercem. São agentes econômicos, mas não deixam de ser indivíduos e tampouco perdem sua

© 2024 Global Journals

condição de pessoas. Da mesma forma, pode-se dizer da ação econômica e dos resultados sociais sem que isso exclua a relação social e os resultados econômicos. O Homem caracteriza-se por possuir necessidades e para satisfazê-las deve consumir bens e serviços obtidos a partir da destinação de forças e materiais que, se alocados em um uso, deixam de estar disponíveis para todos os demais usos possíveis.

Decisões políticas tomadas por motivos de administração sobre alocação de recursos econômicos trazem resultados na esfera social. Na vida econômica, por mais que os homens estejam ocupados com a produção de bens e serviços, a noção mais imediatamente visível é a da elevação de bem-estar, melhor qualidade de vida que se alcança pela quantidade de bens e serviços que se consome e que se tem acesso através do uso da moeda (renda). Essa é a noção de econômico enquanto área afeita à produção, ao comércio e ao monetário-financeiro. É o caminho a ser trilhado na busca o desenvolvimento. Embora a produção e a apropriação da riqueza sejam processos independentes no sentido de dinâmicas não necessariamente determinantes entre si, no entanto, persiste uma relação de causalidade, uma imposição cronológica entre ambas. Existe distribuição e apropriação da riqueza porque houve o antecedente de produção desses bens e serviços. É uma impossibilidade técnica, em um mundo material onde as necessidades são eliminadas através do consumo de produtos, que se possa falar de elevação de bem estar material – o aludido bem estar social – sem a existência prévia da produção e distribuição destes bens e serviços. Como é através dos processos monetário e financeiro (também cultural, jurídico e outros) que a produção, a distribuição e a apropriação estão interligadas, toda a extensa e complexa troca de recursos e produtos entre os agentes econômicos emerge na esfera autopoiética social como desenvolvimento, ou seja, elevação de bem estar (SOUZA, 2021).

O Projeto do Parque Popular da Pedreira em Ijuí/RS constitui-se na construção de um parque urbano referência no RS pela beleza e importância social; reassentamento e urbanização de áreas de sub habitação; construção de novas habitações, implantação de infraestrutura, qualificação urbana e equipamentos comunitários; saneamento do lago, retirada de lixo e entulho e recuperação ambiental das áreas de preservação permanentes. Considerando-se o Parque Popular da Pedreira figurativamente como um iceberg, a parte visível é associada ao objeto do desenvolvimento social. Trata-se dos impactos no nível de bem estar da sociedade. Observa-se o topo do iceberg. Mas a sustentação da vida e sua qualidade estão sob a superfície agitada das águas. A agitação das águas depende das dimensões do próprio iceberg como um todo e de suas partes, o político, o social, o ambiental, o cultural, mas, inevitavelmente encontram sua definição no âmbito econômico. São os bens e serviços produzidos que elevam o nível de bem estar das pessoas e melhoram suas condições de vida.

Dada a tendência humana de valorizar mais o que está perto e visível, o desenvolvimento jamais pode ser alijado área econômica sob pena de frustrar o ambicioso projeto da Ciência de impor ordem a uma realidade complicada. Não é salutar em se tratando de tentativas de se impor sentido à confusão do mundo separar a base econômica de formação de bens e serviços dos resultados sentidos pelas pessoas em termos de impactos no seu nível de bem estar. Trata-se de um único e mesmo processo. O desenvolvimento econômico.

References Références Referencias

1. ARISTÓTELES. *Econômicos*. Obras Completas de Aristóteles. São Paulo: WM Martins Fontes, 2011
2. BRUM, A. L. Desenvolvimento Regional: uma nova fase. Jornal Hora H. Ijuí, núm. 260, 29/08 a 04/09/2003, p. 2. Apud: DUTRA, V. B. *Desenvolvimento Sustentável: o distanciamento entre o direito à proteção ambiental e as políticas públicas praticadas no município de Ijuí/RS*.
3. CANO, W. Prefácio. *In*: BRANDÃO, C. *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012; pp. 23-28.
4. CARVALHO, F. C. Políticas Econômicas para Economias Monetárias. *In*: LIMA, G. T.; SICSÚ, J.; PAULA, L. F de. *Macroeconomia Moderna: Keynes e a economia contemporânea*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
5. CASTRO, I. E. de. *Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
6. CEPAL – COMISSIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *Transformación Productiva con Equidad*. Santiago del Chile: Libros de la CEPAL, oct/1990, 185 p. LC/G 1601-P.
7. DUTRA, V. B. *Desenvolvimento Sustentável: o distanciamento entre o direito à proteção ambiental e as políticas públicas praticadas no município de Ijuí/RS*. Dissertação de Mestrado. UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul/ RS; Santa Cruz do Sul/RS: Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, 2004.
8. FURTADO, C. *O Capitalismo Global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
9. _____. *Aventuras de um economista brasileiro*. Paris: International Social Sciences Journal, vol. XXX, nº 1-2, 1973.
10. GIANNETTI, E. *O Valor do Amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

© 2024 Global Journals

11. GRANGER, G. *A Ciência e as ciências*. São Paulo: Editora UNESP, 1994.
12. HUME, D. *Tratado da Natureza Humana*. São Paulo: UNESP, 2009.
13. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. IBGE@cidades. https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/ijui/panorama. Acesso em 15/10/24 às 15:09 h.
14. IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Infra estrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas*. Brasília (DF): IPEA, 2010, volume 6; livro 2.
15. IPEA-PNUD. *Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil – 1996*. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília (DF): PNUD; 1996.
16. JAY-GOLD, S. *O Milênio em Questão: um guia racionalista para uma contagem precisamente arbitrária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
17. KEYNES, J. M. *A teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Pauo: Nova Cultrual, 1985.
18. MARSHALL, A. *Princípios de Economia*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
19. MENDONÇA, N. D. *O Uso dos Conceitos: uma questão de interdisciplinaridade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
20. MILL, J. S. *Da definição de Economia Política e do método de investigação próprio a ela*. Série Os Pensadores. Vol. XXXIV. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1974.
21. MISES, L. VON. *A Ação Humana*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.
22. _____. *O fundamento último da ciência econômica*. Campinas S. P.: Vide Editorial, 2017.North, D. Instituciones, cambio institucional y desempeño económico. México (D. F.): Fondo de Cultura Económica, 2001.
23. NORTH, D. C. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. México (D. F.): Fondo de Cultura Económica, 2001.
24. PERSICH, J. C. *Interfaces Entre a Gestão Social e Políticas Públicas Em Projetos de Revitalização Urbana: o caso do Parque Popular da Pedreira de Ijuí/RS*. Dissertação de Mestrado. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Ijuí/RS: Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional – mestrado e doutorado, 2016.
25. PORTER, E. *O Preço de Todas as Coisas: por que pagamos o que pagamos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
26. RODRÍGUEZ, O. *Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
27. ROMESÍN, H. M. & GARCÍA, F. J. V. *A árvore do conhecimento*. Campinas: Editorial Psy, 1995.
28. _____. *De máquinas e seres vivos - autopoiese: a organização do vivo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
29. SAMUELSON, P.; NORDHAUS, W. D. *Economia*. Lisboa: McGraw Hill, 1993.
30. SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994. P. 114. Apud: DUTRA, V. B. *Desenvolvimento Sustentável: o distanciamento entre o direito à proteção ambiental e as políticas públicas praticadas no município de Ijuí/RS*.
31. SMITH, A. *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
32. SOUZA, J. D. S. de. *Do Capital Social ao Espaço Econômico: o salto necessário. In*: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. *Capital Social – Teoria e Prática*. Ijuí/RS: Editora da UNIJUÍ, 2006; pp.127-158.
33. _____. *O Comércio como Elemento Estratégico de Negociação Internacional - Estados Unidos, Argentina e Brasil: uma agenda neoliberal nos anos 80*. Dissertação de Mestrado (Bolsa The Ryoichi Sasakawa Young Leaders Fellowship Fund – SYLFF). Universidade de São Paulo (USP). Programa de Pós Graduação em Integração da América Latina (PROLAM); 1997.
34. _____. Relações Sociais na Integração Econômica Transfronteiriça: olhar dos habitantes no Arco Sul de Fronteira – Argentina e Brasil. Tese de Doutoramento. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional – PPG - DR, 2021.
35. _____. Teoria Econômica: notas de estudo. Columbia: KDP, 2024.
36. _____. A Ciência do Acréscimo. Revista Summae Sapientiae [recurso eletrônico]. – v. 6, (2023). – João Pessoa: Faculdade Internacional Cidade Viva, Curso de Teologia; Curso de Direito, FICV, 2023 - recurso on-line.
37. SOUZA, J. D. S. de; DAL RI, M. K. *Economia*. Ijuí/RS: Editora da UNIJUÍ, 2012 (Coleção Educação à Distância. Série Livro-texto; 160 p).
38. SOUZA, J. D. S. DE; SIEDENBERG, D. R. (2021). *Desenvolvimento e felicidade*. Revista de Economia Mackenzie, 18(esp.), 155-175. doi:10.5935/1808-2785/ rem.v18nespp.155-175
39. SUNKEL, O.; PAZ, P. *El subdesarrollo latino-americano y la teoria del desarrollo.* México (DF): Siglo Veinteuno Editores, 1988.
40. THIRY-CHERQUES, H. R. *Conceitos e Definições*. Rio de janeiro: FGV Editora, 2012.
41. TOCQUEVILLE, A. DE. *A Democracia na América – sentimentos e opiniões*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
42. XENOFONTE. *Econômico*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

© 2024 Global Journals